

Novas recomendações da Comissão Europeia são “a única forma de garantir independência energética”, reforça APREN

- *Comissão Europeia assinala o segundo aniversário do REPowerEU com recomendações sobre vários tópicos, incluindo a simplificação do licenciamento de projetos renováveis e o desenho de leilões*
- *APREN aplaude novas recomendações e orientações definidas pela Comissão Europeia como motor do combate às alterações climáticas.*

A [Associação Portuguesa de Energias Renováveis \(APREN\)](#) aplaude as [orientações e recomendações](#) emitidas pela Comissão Europeia para assinalar o segundo aniversário do pacote legislativo REPowerEU, que preveem um reforço no investimento em energias renováveis, por forma a fazer face à crise e insegurança energética espoletada pela invasão da Ucrânia pela Rússia.

As recomendações e orientações agora publicadas têm o objetivo de melhorar, racionalizar e otimizar os procedimentos de licenciamento de centros electroprodutores bem como os leilões para as energias renováveis. Ao impulsionar a procura de tecnologias limpas na Europa, esta iniciativa contribuirá igualmente para reforçar a competitividade industrial, aumentar a resiliência e segurança do sistema energético e concretizar o Pacto Ecológico Europeu.

Estão divididas em três quadrantes:

- Recomendações e orientações sobre a aceleração dos procedimentos de licenciamento;
- Orientações sobre a designação de zonas de aceleração de implementação de energias renováveis;
- Recomendações e orientações sobre o desenho de leilões de energias renováveis;

Para a APREN, o lançamento de novas recomendações e orientações por parte da Comissão Europeia mostra que, embora os estados-membros estejam no caminho certo, é necessário acelerar o passo no que diz respeito à instalação de potência renovável para produção de eletricidade e combustíveis verdes. As renováveis são efetivamente centrais para pôr um fim à dependência energética de combustíveis fósseis, nomeadamente do gás natural importado por diversos Estados Membros, antes de 2030.

O Presidente da Direção da APREN, Pedro Amaral Jorge, sublinha que “acelerar a fundo o consumo de energias renováveis é a única forma reduzir os preços da eletricidade e de garantir independência energética e segurança de abastecimento, assegurando, em simultâneo, que se mitiga o efeito das alterações climáticas que sentimos já atualmente.

Para além disso, Pedro Amaral Jorge lembra que “a implementação desta estratégia por parte do bloco europeu permitirá acelerar a estratégia de descarbonização da economia, um caminho que tanto a Europa como o resto do mundo devem trilhar”. O Presidente da Direção da APREN congratula, por isto, a Comissão Europeia pelo facto de Bruxelas colocar as energias renováveis no centro de um plano de segurança energética europeu.

Pedro Amaral Jorge lembra ainda que o aumento da ambição europeia e do investimento em



energias renováveis terá que acautelar a proteção da biodiversidade e envolver as comunidades locais na linha do que tem sido a prática dos projetos renováveis.

O pacote legislativo REPowerEU, lançado pela Comissão Europeia em maio de 2022, propôs aumentar a meta em matéria de consumo final de energia a partir de fontes renováveis para 2040 para os 45%, face aos 40% estabelecidos anteriormente pelo pacote legislativo Fit For 55. Este aumento abre a porta a uma renovação da ambição europeia, permitindo, de acordo com as contas de Bruxelas, duplicar a capacidade instalada de energia fotovoltaica até 2025 e atingir 750 GW até 2030. O plano prevê ainda uma iniciativa para a produção de energia solar nos telhados.

Já no que toca à energia eólica, a União Europeia quer aumentar os 190 GW de potência atualmente instalados para 480 GW até 2030. A nova estratégia europeia promete ainda eliminar as barreiras que tradicionalmente se têm oposto ao avanço da expansão das centrais solares e eólicas, uma vez que a nova lei consagrará o princípio de que os projetos renováveis passem a possuir a caracterização jurídica de projetos de interesse público superior e prevaiente.

As medidas previstas no Plano procuram ainda reforçar a eficiência energética, aumentando a meta na Diretiva da Eficiência Energética entre os 9% e os 13% até 2030, bem como a diversificação do abastecimento de gás natural.

As novas recomendações aconselham ainda a fixação de metas europeias de produção interna de 10 milhões de toneladas de hidrogénio renovável e de importação de 10 milhões de toneladas até 2030, com o objetivo de substituir o gás natural, o carvão e o petróleo em setores industriais e dos transportes difíceis de descarbonizar.

O REPowerEU propõe ainda desbloquear financiamentos europeus, nomeadamente através do fundo que financia os Projetos de Recuperação e Resiliência. Está previsto um investimento de 10 mil milhões de euros destinado a interligações em falta nas infraestruturas de gás natural.

Sobre a APREN:



A [Associação Portuguesa de Energias Renováveis \(APREN\)](#) é uma associação sem fins lucrativos, constituída em outubro de 1988, com a missão de coordenação e representação dos interesses comuns dos seus Associados na promoção das Energias Renováveis no setor da eletricidade.

A APREN desenvolve trabalho em conjunto com organismos oficiais e outras entidades congéneres, a nível nacional e internacional, constituindo um instrumento de participação nas políticas energética e ambiental através do aproveitamento e valorização dos recursos naturais para produções de eletricidade, nomeadamente nos domínios hídricos, eólico, solar, geotérmico, da biomassa, do biogás e dos resíduos sólidos urbanos.